

DIÁSPORA AFRICANA:
A VIDA DE IMIGRANTES E ESTUDANTES EM PORTUGAL E NO BRASIL¹

Neusa Maria Mendes de Gusmão – UNICAMP

RESUMO

A diáspora africana vivida por imigrantes e estudantes que se dirigem a Portugal e ao Brasil, originários dos PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) é aqui, o tema em discussão. São jovens da chamada segunda geração de imigrantes, a “*Geração Perigosa*” aos olhos do mundo europeu, de Portugal, porém não menos no caso brasileiro. Em jogo seus patrimônios sociais e culturais constituídos pela memória familiar e coletiva que toma por base o mundo africano e o contexto migratório. Este trabalho fala de bairros africanos em Lisboa, Portugal, “Aldeias d’África”, e de jovens estudantes universitários que vivem em repúblicas e em moradias estudantis na região de Campinas e nas cidades de Belo Horizonte e Fortaleza. Discute-se aqui o que os caracteriza em termos de uma africanidade e de uma negritude construída a partir de seus deslocamentos e suas histórias particulares que revelam a história mais geral do povo negro, africano e estrangeiro na “terra dos outros”.

Palavras-Chaves: jovens africanos, negro, estrangeiro.

ABSTRACT -

**THE AFRICAN’S DIASPORA: INMIGRANTS AND STUDENTS LIVING
IN PORTUGAL AND BRAZIL**

The African diaspora experienced by immigrants and students leaving for Portugal and Brazil, coming from the PALOP - Portuguese Speaking African Countries – (Angola, Mozambique, Cape Verde, Guinea-Bissau and Sao Tome and Principe) is here the theme in discussion. They are young people of the so-called immigrant generation, the “*Dangerous Generation*” in the eyes of the European world, in the eyes of Portugal, not less dangerous, however, in the Brazilian case. At stake, their social patrimony and heritage constituted by family and collective memory, based on the African world and the migratory context. This paper focuses on African districts of Lisbon, Portugal, “Aldeias d’Africa”, and on young University students living in shared apartments and student boards in Campinas, Belo Horizonte, and Fortaleza. This discussion encompasses what characterizes them in terms of *africanity* and *negritude* constructed with their movings, and their private stories which reveal a more general history of a black, African and foreign people in the “land of others”.

Keywords: African youth, black people, foreigner, diaspora, africanity, negritud

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil

O presente trabalho cruza o olhar sobre realidades diversas e distantes, propostas pelo triângulo das relações entre Portugal, Brasil e África, nomeadamente, os PALOP – Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe – no que implica a presença de jovens africanos imigrantes em Portugal e jovens africanos imigrantes e/ou estudantes no Brasil. Do bairro africano e degradado da Quinta Grande, Charneca “do Lumiar”, periferia de Lisboa à pequena cidade de Hortolândia/SP e, também, Campinas entre outras cidades brasileiras que aqui são referenciadas, os desafios foram muitos, como muitos foram os percalços do trajeto de pesquisa com/sobre o outro.

A presença dos africanos dos PALOP, ou seja, imigrantes de língua portuguesa, de ambos os lados do Atlântico, visa a estabelecer aproximações e distanciamentos entre fatos, e conduziu o olhar na busca de vetores que possibilitassem compreender a mobilidade dos povos em época de globalização. Questiona, também, a condição “quase natural” dos países modernos, de serem democráticos e de respeitarem as diferenças sociais e a pluralidade cultural de diferentes povos. Trata-se, portanto, de um olhar e uma reflexão sobre a saga migratória (de fato ou temporária) de diferentes sujeitos, buscando estabelecer a natureza das relações sociais entre sujeitos relativamente iguais ou que são assumidos como tal, no plano das idéias e no pano de fundo da história contemporânea.

Nesses termos, a realidade social do negro de origem africana no Brasil e em Portugal obedece a uma gama de situações que alteram substancialmente a forma de ser ou de se acreditar africano. Ao mesmo tempo, imigrante sazonal ou temporário – se assim for possível caracterizar o estudante que aqui está –, e imigrante ou filho de imigrante em Portugal, cada indivíduo e o grupo a que pertence, se descobre diferente na dinâmica dos processos de deslocamentos físico e social a que são submetidos. Da mesma forma que no caso português, a imigração luso-africana para o Brasil é parte da contemporaneidade e dela emergem diferentes inquietações e muitos limites.

A imigração, temporária ou não, de jovens africanos dos PALOP e seus deslocamentos entre países da África para Portugal e para o Brasil os faz portadores de características específicas próprias da cultura dos diferentes grupos – caboverdianos, guineenses, angolanos, moçambicanos, são-tomenses – e ainda, de condições tribais originárias e tradicionais. O que resulta do encontro desses elementos com os elementos próprios da cultura local dos países receptores?

Aldeias d’África em Portugal

Charneca do “Lumiar”, na periferia de Lisboa, caracteriza-se pela população imigrante negra e africana e, sobretudo, por ser uma área de ocupação pobre e precária. O bairro constitui um “espaço de passagem” e isso significa que os que aí estão, estão por pouco tempo, posto que

Portugal seja visto como escala para outros países da Europa, onde a comunidade dos PALOP é forte (Martins, 1997:95). Nessa mobilidade incluem-se também os que têm residência fixa e estão legalizados e, ainda, os clandestinos.

Assim, pode-se afirmar que a Quinta Grande é um bairro de população mista e de cultura sincrética, fruto do mover-se no espaço que conduz pessoas e grupos de universos culturais diversos a partilharem a vida e o espaço, partilharem seus hábitos e seus sonhos. Há múltiplas formas de ocupação do espaço e de definição de território, o que faz com que cada *bairro de lata*² tenha características próprias, ainda que todos apresentem condições comuns e problemas comuns.

A Quinta Grande é um bairro misto que Martins chama de amizades interculturais. Prior Velho é a forma mais extremada e fechada de relacionamentos, vindo com muita desconfiança quem é de fora. O mesmo acontece com o Alto de Santa Catarina, também analisado por Martins e que é de exclusividade negra, quase um gueto. Outros bairros oferecem ainda outras leituras, como é o caso do Alto da Loba, um bairro de realojamento, também tensamente dividido entre seus moradores. De todos os exemplos citados, pode-se deduzir que o espaço de Quinta Grande é realmente de amizades interculturais, mas é também de conflito e tensão, entre negros, entre negros e brancos e com os de fora.

O diretor da Escola EB1 n.º 66 – Escola de Ensino Básico de 1.º. Ciclo, n.º. 66 –, lembra que *“Em 64 Quinta Grande tinha oito casas, oito! Hoje tem centenas. Ora esse bairro nasce com a gente que vem do campo do mundo rural português e gente que vem da África...”*³. De lá para cá, a transformação do espaço permitiu a construção de um espaço cultural de fusão e implicou contornos iniciais de uma “nova etnicidade”. A interação cotidiana se dá nas ruas do bairro, nas escolas e nos espaços de trabalho, além dos transportes públicos onde portugueses “lusos”, luso-africanos e africanos convivem regularmente. O que não significa que vivam sem conflitos.

A tensão entre grupos é contínua e permanente, não só entre africanos e portugueses e vice-versa, mas também entre africanos de diferentes nacionalidades. Percebe-se, então, que a realidade do bairro envolve a todos, adultos e crianças, no que garante a sociabilidade e as amizades interculturais, mas também atua no interior de seus conflitos.

Crianças e jovens entre a amizade e o conflito

² Bairro de lata – área de moradia sem infra-estrutura, com casas de papelão e lata, geralmente construídas em áreas de ocupação, tais como as favelas brasileiras. Seus ocupantes são migrantes do mundo rural português e imigrantes de várias nacionalidades, em maioria, de origem africana.

³ As falas em itálico e entre aspas ao longo do texto foram obtidas pela autora em entrevistas realizadas em diferentes pesquisas de campo em Portugal e no Brasil, entre os anos de 1998/2005 e, ainda, em andamento. A forma em itálico e com aspas visa diferenciar de citações com fontes diversas, já publicadas e referenciadas em acordo com as normas bibliográficas. Alerta-se para a manutenção das falas dos entrevistados na forma como foram proferidas por esses sujeitos.

Os problemas da vida no bairro resultam da forte estigmatização de que são alvo nos bairros degradados de Lisboa. A discriminação de fora para dentro permite um identificar-se ao grupo e lugar, por meio de redes de vizinhança ou em grupos organizados, como o Grupo Jovem, a Associação de Moradores da Quinta Grande e outros. No entanto, mesmo nesses grupos, as relações, nem sempre, são tranquilas.

A heterogeneidade marca por diferentes critérios, semelhanças e diferenças, as alianças momentâneas e também os conflitos cíclicos. Socialmente a população é mais homogênea em razão de viverem todos, as mesmas condições que vitimiza o migrante, seja esse um estrangeiro de outras terras ou um camponês que migrou do campo para a cidade. Nesse aspecto, conta-se por vezes com a solidariedade, o auxílio de uns e de outros, independentemente de serem negros, brancos, nacionais ou estrangeiros.

Conflitos internos revelam divisões e oposições entre jovens e adultos. A razão é simples, os jovens se vêem como mais atuantes e mais capazes de bons resultados em seus empreendimentos no bairro. Dois rapazes, membros do Grupo de Jovens, em suas entrevistas, comentam as dificuldades de relacionamento entre grupos africanos e entre bairros que acabam por colocar africanos contra outros africanos. Há muitos conflitos, e os jovens acreditam que é racismo de mesma natureza ao que os brancos fazem. A tensão entre grupos é permanente e percebe-se, que nos momentos de conflito, conta a origem dos sujeitos, suas nacionalidades e por vezes a origem tribal. Exemplar é a resposta de dois amigos ao serem perguntados de onde vieram imediatamente um deles respondeu: *“Guiné, mas eu sou balanta e ele é fula”*, indicando que ambos são guineenses, amigos sim, porém, diferentes.

Os grupos jovens se contrapõem a outros grupos de outros bairros negros e á eles se referem como pertencentes àquele bairro ou sítio, para dizer que são “de fora”. Assim, referem-se ao próprio bairro como se o mesmo fosse uma unidade, mas isso é no embate com os de fora, já que internamente há grupos e subgrupos e processos de tensão se estabelecem. Com isso, Quinta Grande revela-se como um espaço de amizades interculturais, mas a realidade intercultural assenta-se num ponto de equilíbrio bastante frágil e instável, pronto a explodir a qualquer momento.

O que se nota como constante nos bairros degradados são as condições insuficientes de infra-estrutura e mesmo de equipamentos de saneamento básico, resultando condições degradadas de vivência e existência cotidiana, bem como violência e medo. Pode-se dizer que há no interior da Quinta Grande, como em outros bairros semelhantes, diferentes graus de homogeneidade social e, concomitantemente, uma acentuada heterogeneidade cultural e social. As duas faces dessa moeda propiciam ora processos integrativos, verdadeiramente interculturais, ora situações claras de conflito e oposição.

Os processos integrativos se expressam principalmente na defesa do bairro, posto que seja este que dá a eles a identidade própria e, neste caso, há uma reafirmação para dentro. O bairro é um local de pertencimento por excelência. Mais do que ser caboverdiano, angolano ou qualquer outra coisa, ser do bairro define cada um e todos. No entanto, como o bairro geralmente conjuga a presença diferenciada de grupos étnicos, o que se encontra é a presença maior de um ou de outro grupo e, quase sempre, uma interdição a outro. O que importa é que os grupos majoritários imprimem certa hegemonia na condução de vida, nas relações internas e acabam ocupando as posições de representatividade no e do próprio bairro.

A afirmação dos jovens, por um modo de ser, de falar, de vestir revela uma africanidade referida ao perfil de origem dominante no bairro – caboverdiano, angolano, moçambicano... – e, uma africanidade que também está posta no eixo da globalização e que se torna visível no uso de insígnias, roupas, tênis, bonés, etc. Aí se identificam e são identificados, podendo-se até falar numa certa filiação a um campo de negritude, que vem pelos *raps*. Há várias frentes de afirmação pessoal e coletiva, porém, essas não se fazem num processo homogêneo. Frente à sociedade portuguesa o jovem joga ambigualmente com a sua africanidade e com a sua negritude, porque uma coisa não é necessariamente sinônima da outra: elas estão juntas, mas a africanidade é a coisa do pertencimento a um bairro africano, de falar uma língua africana, nomeadamente, o crioulo, falando assim de origens, de espaço, etc. O caminho de pertencimento a uma negritude, enquanto movimento de afirmação da condição negra, vem da influência dos movimentos mais globalizantes, o *rap*, as vestimentas, tudo constituindo símbolos em torno da condição de sua negritude.

O que parece ocorrer é que os jovens, ainda que não rejeitem suas culturas de origem ou a de seus pais, sentem-se mais como parte da cultura portuguesa do que os mais velhos. Isso cria uma relação ambígua entre o que são e o que desejam ambos no interior da sociedade portuguesa.

Nesse sentido, a africanidade e a condição negra parecem ter se transformado em função do contexto em que vivem. A partir de elementos de origem africana de seus pais e avós, o jovem pode afirmar uma diferença que dá a ele uma identidade possível, coisa que no eixo da sociedade portuguesa é negociada. Ao utilizar-se de um referencial de origem, o faz muito mais por afirmação daquilo que é e do lugar que ocupa na sociedade portuguesa, do que realmente afirma a África. Para eles a África fica tão distante quanto qualquer outro país ou continente, não é um lugar possível de retorno, além de não existir como projeto, pois, não é isso que eles querem para si mesmos. O que querem é estar ali mesmo, onde estão, mas voltados para um mundo maior. Querem se afirmar, mas isso não quer dizer que estejam negando a negritude, mesmo porque a trazem como marca no corpo, nos costumes e nos comportamentos. A condição de ambigüidade de que são portadores está em que não negam a negritude para se tornarem portugueses, mas seus pais acham que eles estão

deixando de serem negros porque estão andando com os brancos, estão vivendo com e como os portugueses.

É assim que, na roda de crianças do Apoio Escolar⁴ na Escola EB1 n.º 66, crianças luso-africanas, em maioria provenientes de três bairros africanos – Quinta Grande, Quinta do Louro e Quinta do Pailepa – se dizem angolanas, algumas, caboverdianas, uma ou duas, são-tomenses. No entanto, apenas algumas possuem Angola, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe como lugar de origem, de onde migraram em companhia dos pais e parentes. Indistintamente, porém, definem-se como tal. Nas lembranças constantemente lembram o calor, a claridade, que se contrapõem ao escuro e frio das terras portuguesas onde “*tudo é cinzento e a toda hora chove*”. É assim que a criança vê e sente Portugal.

Uma criança desenha nuvens azuis em um céu branco, um sol que ostenta um sorriso alegre, montanhas, uma casa colorida com árvores e flores e num pequeno texto, escreve: “*minha casa em Cabo Verde. Em Cabo Verde, tudo é azul. Gosto de lá, porque lá tenho amigos e um cão*”. Outra diz, enfaticamente: “*minha ilha é linda! Toda azul!*” referindo-se a São Tomé e Príncipe.

Ao mais distraído dos ouvintes, o que essas crianças falam e sinceramente acreditam decorre do que viveram antes de migrar, mas, ao se buscar conhecer suas histórias descobre-se que muitas delas nunca sequer estiveram em Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. O que falam resulta do que ouvem dos relatos dos mais velhos – pais, avós, tios, os verdadeiros imigrantes – em seus momentos de saudade, nas festas e rituais do bairro e no convívio familiar.

De onde são ou vieram, mesmo que não seja esse um fato, tem por referência as terras africanas onde irmãos, tios, avós e, por vezes, um dos pais ainda estão. Nem sempre se conhece os parentes dos quais se fala, nem sempre se conhece os irmãos das terras africanas, pois, em Portugal, há padrasto, madrasta, outros irmãos e primos, com os quais vivem e habitam. As crianças circulam entre as casas do bairro, são cuidadas, comem, dormem, etc. Ainda que esse seja um hábito comum entre africanos, nos bairros de lata, cada vez mais, torna-se um hábito entre os portugueses pobres que migram do rural e que habitam esses mesmos bairros. Estes também incorporam a criança negra ao conjunto familiar, do mesmo modo que fazem seus vizinhos negros com as brancas e portuguesas crianças. De igual modo, crianças brancas e negras comem calulu, cachupa e peixe, comidas de origem africana e portuguesa, sem estranhamento quanto ao lugar de referência desses pratos. Assim, compreende-se o significado da fala da criança luso-africana de origem angolana quando afirma que só junto aos imigrantes, seus parentes, e com os vizinhos do bairro não se sente isolada. O que está em questão é o bairro e seus moradores, não importa se negros, brancos, africanos ou portugueses.

⁴ O Apoio Escolar é um espaço de atividades diversas que visam ao reforço da aprendizagem, a promoção da auto-estima e valorização pessoal das crianças luso-africanas frente à diversidade cultural dos bairros com população de origem africana.

No interior do bairro têm-se rituais os mais diversos, religiosos ou não, que envolvem muitas festas, com músicas típicas, comidas das terras distantes, dos pais ou dos mais velhos. Ainda que nesse contexto não haja, necessariamente, intencionalidade de transmitir a tradição e a cultura, a simples participação naturaliza as práticas sociais e as valoriza de modo a gerar uma identificação na segunda geração nascida em Portugal, com os mundos de seus pais e avós, com as terras africanas.

O crioulo e calão são as línguas de uso corrente no próprio grupo ou turmas que se formam nos bairros e se tornam uma linguagem identificadora de cada grupo jovem, estabelecendo costumes, hábitos e gostos comuns. A forma de se vestir e de se comportar por meio de expressões musicais como o *rap*, de inspiração negro-americana, em espaços de lazer e outros, definem e marcam seus referenciais identitários pelo uso do corpo e de linguagens visuais e verbais característicos. No cotidiano, quando em referência ao mundo de fora da família e do bairro, esforçam-se por falar português, tendem a se comportar de modo a se aproximar ao que sabem que é esperado socialmente. No âmbito da casa é uma outra história que, como disse um menino, um branco e europeu não pode compreender. Para tanto, seria necessário pensar a África, pensar as terras e as muitas culturas africanas dos ancestrais, mas seria necessário também pensar o mundo contemporâneo que lhes chega pela TV com os seriados americanos, as novelas brasileiras, as músicas – como o *rap*, o *funk*, o *reggae* e outras. Seria preciso pensar os ideais de consumo das “tribos jovens” que estão presentes nas roupas de etiqueta, nos tênis de marca e nos bonés dos times americanos. Mais inclusiva, mais fechada ou mais aberta, as culturas juvenis emergem sempre demarcadas pela etnicidade de seus sujeitos e pela posição que estes ocupam numa sociedade branca, cristã e européia, com processos de integração-exclusão permanentes. As culturas de crianças e de jovens lusos revelam-se, então, em especificidades e complexidades dinâmicas e multifacetadas.

Assim, a cultura ou as culturas de africanos de segunda geração permitem pensar que as raízes culturais de que são portadores descongelam-se na experiência de suas vidas, compondo e recompondo seus elementos. Desse modo, afirma-se ou nega-se o *gueto* como meio de superação da segregação social e política que lhe é imposta pela sociedade de acolhimento. Ao impor sua presença, exige o reconhecimento da diferença como direito que dê a cada um a condição de serem o que são, “não o que parecem ser”; que lhes dê a condição de não serem desiguais ou menos. É aqui que o português comum reage com violência, discriminando e praticando racismos de toda ordem. É aqui que o Estado-Nação responde com leis restritivas e alijadoras de direitos. No espaço desterritorializado da sociedade branca, a segunda geração afirma-se como portuguesa e contra-afirma a sua identidade negra de origem africana, como meio de conquistar um lugar onde sua diferença como direito seja reconhecida. Os jovens africanos em Portugal afirmam:

“as pessoas aí quando dizem ‘preto vai para sua terra’, acho mal... mas qual a minha terra... hoje estou aqui em Portugal, mas amanhã estou em França, na Holanda... a minha terra é onde estou. (...) A terra é de quem está aqui..”.

Com essa fala e os fatos relatados os jovens expõem a realidade dos processos migratórios e da globalização, bem como dizem das subjetividades presentes na realidade moderna. Aqui a referência ao bairro constitui *o lugar* e o *território*, ainda que seja apenas no tempo em que aí se está, um tempo indefinido, porém significativo.

Africanos no Brasil: imigrantes, negros e estrangeiros.

A imensa diversidade de modos de ser, estar e viver no Brasil, se faz presente nos grandes núcleos urbanos, como é o caso da região de Campinas, de São Paulo, Belo Horizonte, Rio ou Fortaleza, exige ter em tela não só a diversidade de nacionalidades, mas, também, de culturas e etnias. A distribuição espacial, a conformação heterogênea de grupos, com forte sentido de localidade, ajuda mútua, do mesmo modo que em Portugal, e, ainda, fatores relativos à forma de moradia, condição familiar, econômica e de gênero entre muitas outras, atuam semelhante às partes de um leque de alternativas complexas e ricas.

Fundamentalmente, quer se fale de imigrantes de fato ou de imigrantes temporários na condição de estudantes (secundários e universitários), não se pode pensá-los enquanto sujeitos de uma realidade homogênea ou de uma comunidade de iguais. Trata-se de grupos que conformam coletividades, no sentido, adaptado de Baugarten, ou seja, de um grupamento de indivíduos que possuem a mesma procedência, já que nascidos em África, porém de diversos contextos nacionais, étnicos e tribais (Baungarten, 2004). Indivíduos que, nos diferentes espaços urbanos, num contexto de imigração e de refúgio, constituem um lócus de interação e inter-relações, não isentas de concorrência e de conflitos. Encontram-se voltados para a produção da vida pessoal e coletiva, mediante uma complexa rede de operações, decisões e negociações que ordenam representações sociais, alimentadas por um *ser de lá* (África) *estar aqui* (Brasil), mas que não se limita a esse aspecto.

Nesse sentido, na pequena cidade da região campineira, ou em quaisquer outros lugares em que se possa observar a realidade de sujeitos oriundos da África, nomeadamente a partir dos anos de 1990, estes conformam coletividades com características próprias e singulares, devendo ser pensados em sua especificidade. Ainda assim, pode-se afirmar que no Brasil os angolanos parecem constituir um dos grupos mais visíveis, se considerado os fluxos de trabalhadores de baixa qualificação (caso do Rio de Janeiro), porém, permanece invisível qual a nacionalidade que configura grupos significativos de estudantes africanos, seja em Campinas, São Paulo, Belo

Horizonte ou Fortaleza. Dados oficiais apontam, no caso das universidades paulistas e, também, em Fortaleza, uma presença significativa de guineenses e caboverdianos. Em Belo Horizonte predominam angolanos. No ensino médio, o grupo de maior expressão parece ser o de jovens angolanos, que vieram com suas famílias na condição de imigrantes, refugiados ou que já nasceram no Brasil e que aqui constroem sua vida estudantil, como é o caso dos secundaristas africanos na região de Campinas/SP. Entre esses, há ainda aqueles que chegam sem as respectivas famílias, no intuito de estudarem, concluírem uma formação e retornarem para Angola. Como porta-vozes de um mundo marcadamente multicultural, nada homogêneo, esses sujeitos revelam, também aqui, a existência de um espaço de muitos conflitos e contradições.

O migrante e africano não vê a si mesmo à não ser pela ótica da sociedade que o acolhe para viver. Em nada difere a situação daqueles que vieram para estudar, vistos permanentemente como “estrangeiros” que vivem na terra do “outro”. Disso tudo resulta como importante o cruzamento dos diversos discursos – do imigrante, do estudante e africano –, a compreensão da natureza das interpretações aí contidas, quem fala e de que lugar emite sua fala. Com isso, delineia-se um caminho outro: aquele que toma por centro a sociedade brasileira, como em Portugal, se tomou a sociedade portuguesa.

Por outro lado, há na sociedade brasileira como um todo, "um desconhecimento ainda muito grande sobre quem são os estrangeiros em nosso país" (Sprandel, 2001:117). A invisibilidade dos sujeitos se agrava quando, esses atores sem rosto, além de "estrangeiros", carregam consigo a problemática de serem "pobres" e "negros". Assim, fazem-se sujeitos que necessitam lutar por seus direitos e que atuam, na sociedade nacional, por meio de entidades civis e religiosas que lhe emprestam apoios sociais, econômicos, jurídicos e legais⁵.

Viver na terra dos outros

Na impossibilidade de se falar das muitas coletividades em solo nacional, o que se busca aqui é relatar o modo de perceber, sentir e vivenciar os efeitos do processo migratório sobre tudo e todos que, como imigrantes, estrangeiros e negros, estudantes ou não, se encontram marginalmente incluídos na sociedade brasileira. Todos esses sujeitos fazem parte de imigração recente – dos anos de 1990 ao início dos anos de 2000 – e, a natureza do processo migratório envolve realidades africanas marcadas por guerras, limites e dificuldades. O deslocamento entre África e Brasil se dá em busca de contextos mais propícios à vida e, também, em busca de uma formação e uma qualificação necessária para a realização de um outro projeto de vida familiar ou individual. É nesse

⁵ ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Ministério da Justiça, Cáritas - organização católica e outras.

contexto que se coloca a questão da educação de pais e de filhos, como também se coloca a pergunta sobre o que significa e representa ser imigrante, africano, negro e estrangeiro num país como o Brasil.

Os africanos dos PALOP que aqui chegam para estudar são vistos de modo permanente como estrangeiros, mas nem sempre são imigrantes. Por sua vez, os angolanos da cidade do entorno de Campinas, são tidos por estrangeiros e imigrantes, muitos dos quais são, ainda, refugiados. Ambos os fatos têm efeitos e conseqüências de natureza objetiva e subjetiva na vida dos sujeitos, do grupo e na relação que estabelecem com a sociedade de acolhimento.

A integração, mais que a inserção social desses imigrantes ao contexto particular das localidades em que habitam e com relação ao conjunto da nação brasileira, constitui um desafio permanente. A ordem social que hierarquiza nacionais mediante diferentes critérios também hierarquiza o "outro", aquele que chega e se estabelece como estrangeiro e como estrangeiro imigrante. Com isso, atribui-se competências, qualidades, valores positivos ou não aos sujeitos em presença. O contato é assim, revelador do campo cultural e do sistema de valores entre nacionais e estrangeiros, desconhecendo as trajetórias históricas e o que vem com ela.

Grande parte da parcela dos que migra é de jovens em busca de qualificação pessoal vinculada a um projeto próprio ou familiar e, nesse sentido, pode-se supor que os angolanos sejam jovens sozinhos (grande parte dos estudantes universitários) ou com suas famílias e que serão eles, o elo da interação entre Angola e Brasil; o elo entre a cultura dos pais – cultura angolana – e a cultura da terra de acolhimento – cultura brasileira – as quais são vividas por eles, no contexto da migração e na condição de negros e estrangeiros. Não é diferente com aqueles que vieram de Cabo-Verde, Guiné Bissau ou de outras nações africanas.

Assim, jovens angolanos e suas famílias no contexto regional de Campinas são todos imigrantes, estrangeiros e negros, aspectos que os coloca no centro do debate dos processos identitários e de pertença a esses dois mundos – Angola e Brasil. A vivência dessa condição múltipla revela-se problemática e difícil, já que dela fazem parte condições objetivas da migração e, também, a percepção subjetiva da alteridade e da identificação que os envolvem e que lhes é próprio.

Por suas falas, o Brasil é considerado uma maravilha, por sua semelhança com Angola – língua, costumes, cultura – mas também falam do choque que é viver no Brasil, a dificuldade que é viver numa pequena cidade do interior. O racismo, a falta de emprego, o não entendimento da realidade dos brasileiros, da forma como vivem entram em questão. Apesar de todas as semelhanças, o fato de os brasileiros serem sujeitos de outra cultura e por mais que haja algo em comum com o mundo angolano, todos se colocam num campo de confronto e de tensão que envolve o grupo de iguais – outros africanos – e os nacionais, ou seja, os brasileiros. No entanto, ao

emigrar, é grande a expectativa que se tem sobre o que se vai encontrar num país como o Brasil, mas, muito rapidamente também, quando aqui chegam, essas expectativas se desfazem.

No caso dos imigrantes de Campinas, pais e filhos, estudantes ou não, e no caso dos estudantes universitários da UFMG, a motivação de deslocamento da terra natal pode ser compreendida em dois eixos; a) atravessar o Atlântico tendo por objetivo *estudar*; b) fazê-lo com a finalidade de *exilar-se* (Gomes, 2002). Assim, são todos angolanos de nacionalidade, porém procedem de diferentes etnias e se diferenciam no Brasil, conforme tenham o visto de refugiados políticos ou de estudantes. As distinções de que são sujeitos, estabelecem entre eles, diferenças internas aos grupos e também externas, com implicações positivas e negativas no cotidiano vivido na terra do outro e, ainda, se acrescem em acordo com as diferenças de gênero, de religião, de participação/simpatia política partidária em Angola e outras.

Na cidade interiorana da região de Campinas, a maioria partilha o campo religioso como adventista do Sétimo Dia. Seus pastores, muitas vezes, foram os responsáveis pelos contatos que permitem as matrículas dos filhos na escola, como internos de colégios adventistas brasileiros e, também, na rede pública municipal e estadual, onde os mais novos (nível fundamental e médio) ainda hoje estudam. Entre os estudantes de Belo Horizonte, a religião também está presente na tradição Tocoísta⁶, mas o importante é que na fé que professam e nas atividades que lhes são próprias encontram um outro motivo de integração no grupo de angolanos e de africanos que vivem no Brasil. Formam corais, bandas e se encarregam de apresentações no âmbito das igrejas e fora dela “unindo o útil ao agradável, isto é, louvar a Deus e ‘matar a saudade’” da terra de origem, dos parentes e amigos (Gomes, 2002:120). Afirmam, assim, a pertença a uma africanidade que é também, nacionalista, regional e étnica, re-afirmando para si mesmos que são, todos, “africanos”, categoria genérica que assume seus contornos e presença na situação de diáspora.

Não escapa aos depoentes que no Brasil, seja na região de Campinas, Belo Horizonte ou Fortaleza, que aqui também há preconceito e racismo. Diz o depoente da cidade próxima de Campinas: “a discriminação é camuflada, não aparece e nunca percebi em 18 anos de Brasil, basta a pessoa se colocar no seu lugar, vive bem”. Ainda assim, se reconhece o fato de não serem brasileiros e africanos em geral, sujeitos iguais “cada um tem a sua maneira de ver as coisas, cada qual tem o seu ângulo”, o que importa para que não ocorram conflitos é “cada um se colocar no seu lugar”.

Haveria um lugar diferente para brasileiros e africanos, ambos negros, no Brasil? Um grupo de jovens, composto de homens e de mulheres, na faixa etária entre 15 e 28 anos, residentes

⁶ Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo – fundada em 25/06/1949 pelo angolano Simão Gonçalves Toco que lhe empresta a designação Tocoísta. Fora de Angola, tem representações em Portugal, França, Espanha, África do Sul, Namíbia, República Democrática do Congo. <<http://www.angolapress-angop.ao/noticia>> Internet, acesso em 01 de março 2006

no Brasil, em média há 8 anos, em sua maioria, solteiros, todos angolanos, residentes na cidade próxima de Campinas, revelam como operam diferentes códigos no cotidiano desse micro-universo:

“O Brasil é excelente, mas é um país duro também em termos racistas em termos de preconceito. Eu penso assim você tem que ir atrás dos seus objetivos, mesmo sabendo já que existe todo esse tipo de preconceito. A gente não pode se rejeitar, não pode ficar limitado. Tenho alguns amigos meus [negros brasileiros] que se surge uma oportunidade, eles já se acham, como diria, já se imaginam discriminados sabe. Puxa eu não vou ter espaço ali, nem vou tentar porque aquilo ali não é minha praia, então. Diferente de nós [angolanos]. A gente já parte pra cima da mesa, fala não”.

“ puxa vida, é difícil de explicar isso. Se vê que o negro aqui não é nada. Porque ele mesmo já vê a discriminação por parte das pessoas. Já a gente não, a gente já tem de todo mundo junto, o pessoal fica assim sabe, olhando e tal, mas valorizam, Eles valorizam, puxa vida é mesmo unido [os angolanos]. Coisa que você não vê por parte dos brasileiros”.

O universo de preconceito, discriminação e racismo atingem a todos no Brasil e a essas falas fazem eco as vozes dos estudantes angolanos de Belo Horizonte e de estudantes guineenses e caboverdianos de Fortaleza. Diz um jovem de 20 anos: *“ser negro no Brasil é muito difícil, só pelo fato de ter uma pele negra, as coisas da vida se tornam complicadas. Por exemplo o mercado de trabalho, embora o negro tenha capacidade, não lhe é dada oportunidade”*. Outro, com 28 anos, confirma: *“começando pela discriminação racial, impossibilitando a obtenção de emprego, o ingresso na universidade”*.

O mundo do trabalho e o campo educacional aparecem, assim, como limitados pelo racismo "camuflado" da sociedade brasileira e, este se acirra no contexto de uma pequena e pobre cidade interiorana do estado de São Paulo, na região de Campinas. No entanto, não é apenas aí que o racismo se manifesta, ele também se faz presente no contexto de cidades grandes como no caso de Minas e do Ceará. Diz a estudante angolana da UFMG:

“A primeira coisa que me vem à mente é o olhar que te é dirigido muitas das vezes em sala de aula. Não é nada palpável. É muito sutil. Não é aquilo de chegar e dizer que você não é da mesma cultura, você não é da mesma raça. Aqui a discriminação é muito sutil. É do tipo que à frente te oferece um sorriso e atrás te espeta um facão. É bem nesse estilo” (Gomes, 2002:192)

O racismo sutil favorece uma visão do Brasil como cordial, amigável e solidário com as diferenças e torna difícil perceber quando, dentro e fora da universidade, se é vítima de preconceito e de discriminação. Outras vezes, fica difícil o disfarce do preconceito. Um estudante de Fortaleza diz de uma situação vivida:

“até não vinha mal vestido, com um short branco, uma blusa laranja. Começaram a subir o vidro numa velocidade assim como se eu fosse fazer mal a eles, como se eu fosse assaltar, mas o que eu achei pior dessa história toda é que tinha uma criança no banco de trás, e ver uma cena dessa (...) Uma criança vendo isso...(...) Já vai ficar com aquela

imagem de que o negro só serve pra ser ladrão, assim tudo de ruim é negro...” (Mourão, 2003:56)

O preconceito e o racismo aparecem também na forma pela quais os brasileiros perguntam pelo mundo africano, muitas vezes visto com ignorância e desconhecimento. Estudantes da região de Campinas, das cidades de Belo Horizonte e de Fortaleza são pródigos em relatar o teor das perguntas que lhes são feitas, muitas das quais já não aceitam mais esclarecer.

“Você vem da África? Mas lá falam português?”; “Lá vocês tem carro, luz elétrica?”; “Como você chegou aqui? De navio?” “Porque muitos assim, muitos amigos meus pensam assim: puxa lá em Angola ceis vivem em tribos, não sei o que tal e tal A gente fala não, a gente fala não, nós temos o nosso dia a dia. É vivenciamos como aqui né. Lá existe também prédios, lá também dançamos, nos lá também bebemos. A vida lá é praticamente igual aqui, mas o brasileiro tem uma outra visão de como é a África .É essa a imagem que é passada, essa é a imagem que é passada né. O pessoal nem tem uma outra imagem que caracterize realmente o mundo atual digamos”

O estranhamento perante o outro é uma constante e revelam concepções naturalizadas, folclorizadas em meio a um imaginário que socialmente construído revela o lugar da África e dos africanos para os brasileiros. Frente a esse imaginário nunca se pergunta o que estudam, mas se por serem diferentes, jogam futebol ou são cantores de pagode. Tais fatos refletem o modo como as sociedades de classes tendem a legitimar e consolidar as desigualdades sociais, como se fossem “naturais” e imutáveis⁷. O que é claro em todos os relatos e para todos é que a vida na terra do outro não é fácil. O que fazem, dizem muitos, é que *“lutamos prá sobreviver”*, agüentando a saudades, o desespero, a solidão e *“a falta da falta de”*, como diz Gomes (2002).

Nesse contexto de tantos senões, jovens angolanos da região de Campinas afirmam ser a condição de estrangeiro que estabelece a distinção com relação ao ser negro, ao ser negro brasileiro. Dizem eles:

- *ser estrangeiro no Brasil é legal;*
- *o povo brasileiro é receptivo. A sensação de ser estrangeiro pra mim é muito boa. O negro estrangeiro é mais respeitado que o negro brasileiro;*
- *estrangeiro é mais valorizado.*

No entanto, apesar de toda a valorização do estrangeiro, ele também sofre impedimentos no mercado de trabalho, já que *“na visão dos brasileiros, os estrangeiros vêm para tomar seus lugares”*. Por outro lado, diz uma jovem de 15 anos *“tudo se complica quando além de ser estrangeira, sou também negra”*. Origem e cor da pele juntam-se como elementos-suportes de ações racistas e discriminatórias. Por tudo isso, ser negro e estrangeiro, só potencializa o preconceito e a discriminação (Mourão, 2003).

Por outro lado, africanos negros no Brasil são vistos por alguns brasileiros como sujeitos que se beneficiam por estarem no Brasil, benefícios que nem sempre identificam, mas percebem como existentes. Diz uma jovem angolana, de 25 anos, *"ser estrangeiro, prá mim é ótimo, pos temos vantagens e privilégios que só nós sabemos. Nesse ponto o Brasil é uma uva"*.

O que é visto como privilégio e/ou benefícios por brasileiros e pelos estudantes aqui considerados tem a ver com mecanismos legais, acordos bilaterais e proteção internacional por parte de órgãos como ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Ministério da Justiça, Cáritas, organização católica entre outras. Resulta ainda, das facilidades de acesso à educação, nomeadamente de nível superior, em função de acordos internacionais do Brasil com países africanos e da América Latina⁸.

Significativamente, do total de famílias angolanas da pequena cidade da região campineira, poucas não possuem o estatuto de "refugiado" e, no caso de Belo Horizonte, parte dos estudantes também se coloca na mesma condição. Não é o que se passa em Fortaleza, onde todos, guineenses e caboverdianos são estudantes de graduação e pós que aqui estão até completar a própria formação e retornarem aos seus países de origem. O que se sabe é que nem todos os estudantes retornam a seus países de origem, aqui permanecem e prolongam seus anos de estudos usufruindo de brechas existentes nos mecanismos legais que os apóiam como estudantes. Esses mesmos mecanismos lhes garantem – disfarçando, talvez – uma imigração de fato ainda que não jurídica e legalmente definida. Entre estes, no que pese a falta de dados, parece que em maioria os que vêm e ficam são, sobretudo, os angolanos, mais que outros grupos nacionais e étnicos.

Uma parte deles vem na condição de estudante e está legalmente no país; outra parte vem como turista e permanece ilegalmente (Ribeiro, 1996:130/131). O que de fato parece pesar nesse ir e vir, vir e ficar é que os angolanos fazem parte das classes mais favorecidas de Angola e, depois de formados, terão melhores oportunidades de emprego e de mobilidade social em Angola mais do que no Brasil. No entanto, encontram-se expostos aos muitos problemas do país de origem (miséria, salários baixos, etc.) e também no Brasil (discriminação, falta de emprego, etc.). Obstáculos aqui e lá ensejam possibilidades de permanências e de retornos, nem sempre definitivos. De tais fatos, parece emergir uma problemática ainda pouco conhecida da realidade brasileira, representados pelos casos de S. Paulo e de Minas: a questão da imigração e do refúgio e, com elas, a presença estrangeira e negra em solo brasileiro.

Ser estudante, ser imigrante, ser refugiado - ser africano no Brasil

⁸ Este é o caso do PEC-G – Programa de Estudante Convênio de Graduação – e do PEC-PG, relativo aos programas de pós-graduação em universidades brasileiras. Todos os estudantes universitários aqui citados são desse programa e respectivos convênios com seus países de origem.

Jovens africanos no Brasil, aos olhos da sociedade brasileira, são vistos como "gerações perigosas", do mesmo modo que acontece hoje em Portugal e na Europa. São todos jovens, negros e, para a imprensa, envolvidos com tráfico de drogas, prostituição, tanto na Europa, com destaque para o caso português, como no Brasil. Exemplar é o caso de angolanos da favela da Maré, Rio de Janeiro. A imprensa os acusa "de ministrarem cursos sobre táticas de guerrilha aos traficantes brasileiros, as dificuldades de conseguir trabalho e o preconceito com os imigrantes vindo de Angola, são alguns dos principais problemas apontado por aqueles que fugiram buscando melhores condições de vida"⁹. Os angolanos da favela da Maré, diz Poll, todos emigrantes de Angola, encontram-se divididos entre si em termos de etnia, filiação política, acusações e desconfianças, não constituindo um grupo coeso, ou seja, uma comunidade.

No caso da cidade na região de Campinas, há casos de jovens de lá e de outros lugares que se conhece, e que se sabe "desviaram" do bom caminho pagando por isso em prisões brasileiras ou com o repúdio da coletividade. Localmente, nessa cidade interiorana, o que existe é uma coletividade formada por imigrantes angolanos de classe média baixa, que tem por característica a organização familiar de pais e filhos e, também, irmãos, sobrinhos, genros, noras e netos, muitas vezes habitando uma mesma casa e nem sempre em condições de legalidade com as leis brasileiras. Para além dos grupos familiares, sempre extensos, como ocorre no mundo africano, ainda se tem moradias coletivas de jovens estudantes, solteiros, parentes ou não, entre os quais não se apresenta a figura de um pai ou mãe. Todos, porém, vivem sob vigilância da coletividade e de um de seus membros na condição de responsável por eles perante suas escolas e perante os próprios pais que estão em Angola. Zelam, assim, pela conduta de cada um e de todos para que não se confirme o estigma de "geração perigosa", que os ronda e ameaça de modo constante. Imigrantes e refugiados dessa região campineira parecem temer tocar em assuntos como esse e falam pouco dos preconceitos e da discriminação embora admitam que processos de discriminação e de racismo aconteçam, quase sempre por parte de brasileiros brancos. O que dizem:

"Isso [preconceito, discriminação] não existe né. Olha nossa forma de expressar isso é indo pelo caminho certo, fazendo as coisas corretas certo. Sempre visando uma boa imagem pra sociedade. Prás pessoas que vivem ao nosso redor. Não partindo pro outro lado, da agressão sabe, negocio assim de coisas que realmente tiram o valor do cidadão, de uma pessoa."

A fala mostra as necessidades decorrentes dos deslocamentos de populações pelo mundo, que trazem consigo problemas identitários e acrescentam conseqüências aos processos de inserção na sociedade portuguesa e brasileira, causando desde a marginalização até crises pessoais por ausência de referência a um grupo social específico.

⁹ POLL, Ana Paula. "Antigas e novas facetas de uma imigração recente"
<<http://www.comciencia.br/reportagens/migra%E7%F5es/migr13.htm>>. - Internet, acesso em setembro 2004

A condição de grupo étnico e a necessidade de desvendar estratégias de sobrevivência dos indivíduos e grupos de indivíduos frente a crises, dificuldades e rupturas que vivenciam em seu cotidiano, no interior do bairro de lata, no caso português, e no interior das cidades brasileiras, evidenciam a natureza do contato e confronto com a sociedade nacional em que se inserem. Em questão, a visão de mundo e as expectativas de africanos, luso-africanos e também de portugueses e brasileiros, uns sobre os outros, na compreensão e aprendizagem das relações de alteridade e de poder que estão em jogo.

Pode-se afirmar que inexiste uma ligação natural, um sentimento de pertencer a um local ou localidade que seja próprio da natureza humana. Nesse sentido, o imigrante e também, o chamado “africano”, categoria genérica e sem conteúdo próprio, são ambos resultados de processos de construção social que se realiza em razão dos contextos particulares. Como diz Geertz (1978:11), o que o homem é depende de onde ele está e com quem, depende de quem é e no que acredita ser inseparável dele. Nessa medida depende da sua relação com outros homens; da posição que ocupa; da história que partilha em comum; depende do espaço em que está e vive. É desde esse conjunto de fatos que emite sua fala e compreensão de mundo. Sua fala supõe, portanto, a presença do outro – pessoa, coletividade, instituição. É em busca de conhecer esta tríade que se propôs aqui, ouvir diferentes vozes, emitidas de diversos lugares para com isso, estabelecer e aprofundar fatos, sujeitos e realidades em presença. Para, sobretudo, demarcar identidades próprias e processos singulares no mundo contemporâneo. O clima no interior da sociedade portuguesa e da sociedade brasileira parece ser o da tensão permanente que, como um vulcão inativo, está sempre a lembrar a fragilidade das relações entre os homens. O fato coloca em jogo as possibilidades de uma sociedade democrática e plural.

Referências Bibliográficas

- BAUNGARTEN, M. “Comunidades ou coletividades? O fazer científico na era da informação”. Política e Sociedade. *Revista de Sociologia Política*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC. Florianópolis, Cidade Futura, Nº 4, abril de 2004, p.97-136
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GOMES, J. M. S. *Estudantes na terra dos outros. A experiência dos universitários angolanos da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil*. 2002, p.172. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/UFGM, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- GUSMÃO, N.M.M. *Os Filhos da África em Portugal*. Antropologia, multiculturalidade e educação. Belo Horizonte, MG, 2005
- MARTINS, H. M. dos S. *Ami Cunhá Cumpadri Pitécu: uma etnografia da linguagem e da cultura luso-africana em dois contextos suburbanos de Lisboa*. 1997, p. 277. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1997
- MOURÃO, D. E. *Identidades em Trânsito. Um estudo sobre o cotidiano de estudantes guineenses e cabo-verdianos em Fortaleza*. 2003, p. 88. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. FCS/ UFC – Fortaleza, Ceará.

RIBEIRO, J. T. L. “Brasil-África: Angola em destaque”. In: PATARRA, Neide (coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo:FNUAP, 1996, 2ª ed., v. 1, p. 122-132

SPRANDEL, M. “O Parlamento e as migrações”. In: CASTRO, Mary Garcia (coord.) *Migrações Internacionais: contribuições para políticas, Brasil 2000*. Brasília: CNPD, 2001, p.97-119